

Diagnóstico Meio Ambiente

Um retrato estrutural para o Ministério Público do Estado do Ceará

2026



APRESENTAÇÃO

O documento apresenta um **diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará** sobre as demandas, fragilidades e desafios enfrentados pelas Promotorias de Justiça na **área de Meio Ambiente**, a partir da consolidação das respostas obtidas em pesquisa institucional realizada por meio do Forms365, contemplando unidades da capital e do interior do Estado.

A análise evidencia que **saneamento básico deficiente, desmatamento ilegal/supressão de vegetação e licenciamento ambiental irregular** constituem as **maiores prioridades**, revelando a necessidade de **atuação estruturante, articulada e orientada por dados**, voltada à indução de políticas públicas e à prevenção de danos ambientais de caráter coletivo e continuado.

Os dados apontam **elevada demanda e percepção qualificada dos problemas ambientais**, mas indicam **fragilidades relevantes de governança, estrutura técnica, integração institucional e uso sistemático de informações**, especialmente no **contexto municipal e no interior do Estado**, onde se concentram a maior parte das respostas e dos desafios relatados.

Este diagnóstico tem por objetivo **subsidiar a elaboração do Plano Geral de Atuação do MPCE para o biênio 2026–2027**, instrumento central do planejamento institucional, oferecendo uma base de conhecimento para a definição de prioridades, projetos e ações estratégicas alinhadas às demandas reais identificadas pelas Promotorias de Justiça.

METODOLOGIA

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas de **MEIO AMBIENTE** e atuação transversal.

A coleta ocorreu em MAIO de 2026, com perguntas mistas (seleção múltipla, escalas 1-5, abertas), totalizando **39 respostas únicas validadas**.

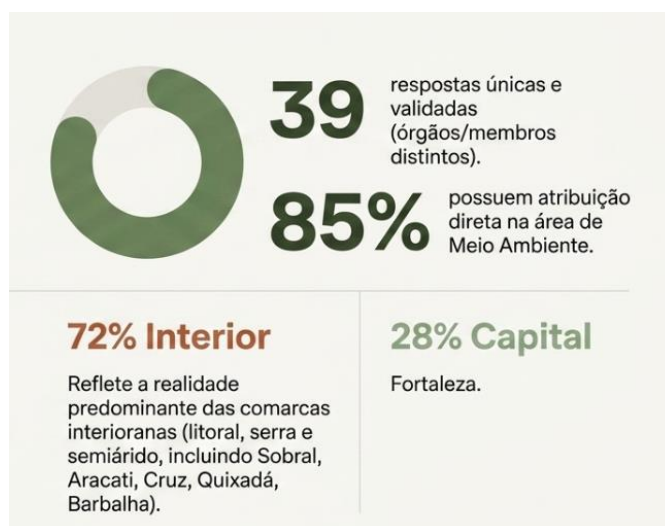
Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do CAO.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Perfil do diagnóstico

O levantamento contou com **39 respostas únicas**, correspondentes a **39 órgãos de execução/membros distintos**, sem duplicidades. Observa-se elevada aderência temática ao instrumento de coleta: **33 respondentes (≈85%)** informaram que suas unidades **possuem atribuição em Meio Ambiente**, enquanto **6 (≈15%)** declararam não possuir. Quanto ao **perfil das promotorias**, predomina a classificação de **Ampla Atuação em Meio Ambiente**, seguida por **Atuação Especializada juntamente com outras temáticas** e, em menor proporção, **Atuação Especializada exclusiva**, evidenciando que a pauta ambiental é, majoritariamente, exercida de forma acumulada com outras atribuições institucionais, e não como atuação isolada.



Sob a ótica **geográfica**, as respostas apresentam boa representatividade territorial. A **Capital (Fortaleza)** concentrou **11 respostas (≈28%)**, enquanto o **interior do Estado reuniu 28 respostas (≈72%)**, indicando que a percepção captada pelo diagnóstico reflete, de forma predominante, a realidade das comarcas interioranas. Entre as principais cidades do interior com respostas registradas destacam-se **Sobral, Aracati, Cruz, Paracuru, Amontada, Uruoca, Quixadá, Brejo Santo, Nova Russas, Senador Pompeu, Barbalha e São Benedito**, abrangendo regiões litorâneas, serranas e do semiárido, o que reforça a diversidade territorial do conjunto analisado.

PRINCIPAIS TEMAS

Temas de Atuação (% menções)

Critério adotado: consideram-se temas de **alta demanda** aqueles **mencionados por mais de 30% dos respondentes (≥12 menções em 39 respostas)**.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Padrão fortemente associado a falhas estruturais de políticas públicas municipais.

Com base nas respostas consolidadas do formulário, identificam-se como **temas de alta demanda**: **Saneamento básico deficiente** (19 menções; ≈49%), **Desmatamento ilegal / supressão irregular de vegetação** (16 menções; ≈41%) e **Licenciamento ambiental irregular** (14 menções; ≈36%). Esses três temas concentram as maiores frequências e revelam um padrão de atuação fortemente associado a **falhas estruturais de políticas públicas municipais**, com impactos diretos e continuados sobre o meio ambiente e a saúde coletiva.

Em um **segundo patamar de relevância**, porém abaixo do corte de alta demanda, aparecem **Gestão inadequada de resíduos sólidos** (9 menções; ≈23%), **Poluição sonora** (9 menções; ≈23%), **Maus-tratos aos animais** (8 menções; ≈21%) e **Poluição hídrica** (6 menções; ≈15%). Temas como **Patrimônio histórico ambiental** (6 menções; ≈15%) e **Queimadas criminosas** (4 menções; ≈10%) surgem de forma mais localizada, refletindo especificidades territoriais. Já **Mudanças climáticas locais** não atingiram menções diretas como tema recorrente principal nesta pergunta, apesar de aparecerem transversalmente em outras seções do questionário (planos de adaptação, segurança hídrica e eventos extremos), o que indica **baixa institucionalização temática**, embora com relevância latente.

Síntese objetiva dos temas de alta demanda (>30%):

- **Saneamento básico deficiente** – ≈49%
- **Desmatamento ilegal / supressão de vegetação** – ≈41%
- **Licenciamento ambiental irregular** – ≈36%

1. Saneamento básico deficiente (≈49% das respostas)

I – Justificativa para atuação

O saneamento básico é o tema mais recorrente nas respostas e aparece de forma consistente tanto nas perguntas fechadas quanto nas respostas abertas. Os respondentes relatam **ausência ou insuficiência de coleta e tratamento de esgoto**, manutenção de **lixões a céu aberto**, **ligações clandestinas**, poluição de rios, lagoas e praias, além de impactos diretos à saúde coletiva. As respostas abertas evidenciam que se trata de um **problema estrutural e persistente**, associado à incapacidade técnica e financeira dos municípios e à baixa efetividade das políticas públicas existentes. Há menção recorrente à dificuldade de acompanhamento dos indicadores do SNIS e à inexistência de soluções definitivas, o que reforça a necessidade de atuação institucional coordenada e estruturante.



II – Oportunidades de atuação

As respostas abertas apontam como oportunidades a **indução de políticas públicas estruturantes**, com foco no encerramento de lixões, universalização progressiva do esgotamento sanitário e fiscalização do cumprimento do marco legal do saneamento. Destacam-se oportunidades de atuação articulada com órgãos estaduais, consórcios intermunicipais e agências reguladoras, bem como o uso de **dados e indicadores (SNIS)** para priorização territorial e monitoramento de resultados. Também emerge a necessidade de **padronização de instrumentos** (TACs, recomendações, ACPs) e de apoio técnico às promotorias.

2. Desmatamento ilegal / supressão irregular de vegetação (≈41%)

I – Justificativa para atuação

O desmatamento ilegal é apontado como um dos crimes ambientais mais recorrentes nas comarcas, com destaque para supressões em áreas protegidas, APPs e biomas sensíveis (Caatinga, Mata Atlântica e áreas de serra). As respostas abertas indicam **baixa efetividade da fiscalização ambiental**, ausência de monitoramento contínuo e dificuldade de responsabilização, sobretudo no interior. Há referência expressa à fragilidade dos órgãos

ambientais municipais e à insuficiência do uso de tecnologias de monitoramento, o que contribui para a continuidade do dano ambiental e para a sensação de impunidade.



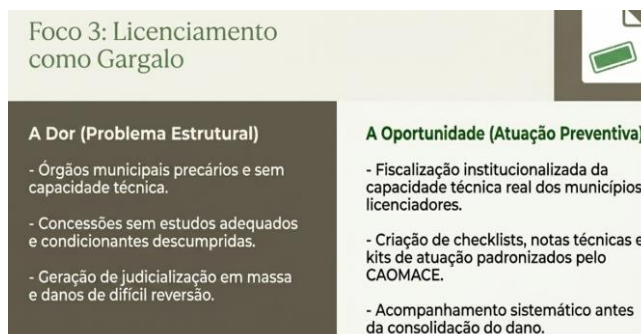
II – Oportunidades de atuação

As respostas reforçam oportunidades relacionadas ao **uso intensivo de tecnologias** (sensoriamento remoto, imagens de satélite, drones e integração com CAR/SICAR), permitindo atuação preventiva e baseada em evidências. Também são citadas oportunidades de **atuação articulada com órgãos ambientais estaduais** e de fortalecimento da investigação ambiental, inclusive com viés patrimonial. A criação de fluxos institucionais, apoio pericial e capacitação técnica aparecem como elementos-chave para ampliar a resolutividade das ações e reduzir a dependência de denúncias pontuais.

3. Licenciamento ambiental irregular (≈36%)

I – Justificativa para atuação

O licenciamento ambiental irregular surge nas respostas abertas como **vetor central de danos ambientais**, associado à inexistência ou precariedade de órgãos ambientais municipais tecnicamente capacitados. Os respondentes relatam licenças concedidas sem estudos adequados, descumprimento de condicionantes e omissão na fiscalização posterior. Há forte percepção de que o licenciamento se tornou um **ponto crítico de fragilidade institucional**, gerando judicialização recorrente, danos ambientais de difícil reversão e sobrecarga das promotorias.



II – Oportunidades de atuação

As respostas indicam como oportunidade estratégica a **fiscalização da capacidade técnica dos municípios licenciadores**, com indução à estruturação mínima exigida pela legislação. Destacam-se propostas de atuação preventiva, por meio de recomendações, TACs estruturantes e acompanhamento sistemático dos processos de licenciamento, bem como a elaboração de **notas técnicas, checklists e kits de atuação** para os órgãos de execução. Também emerge a possibilidade de atuação integrada com conselhos e órgãos ambientais estaduais, visando maior uniformidade, legalidade e segurança jurídica nos procedimentos de licenciamento.

ANÁLISE SWOT (FOFA)

A seguir, a matriz SWOT (Ameaças–Oportunidades–Forças–Fraquezas) com base exclusiva nas respostas objetivas e abertas, destacando evidências consolidadas do formulário e exemplos típicos das respostas abertas.

Raio-X Institucional

Forças

- Alta capilaridade territorial.
- Convergência e clareza sobre quais são as prioridades estruturais reais.

Oportunidades

- Apoio produtizável: criação de kits de atuação padronizados (CAOMACE).
- Uso de tecnologia (satélites) para automação investigativa.

Fraquezas

- Atuação atualmente reativa, pulverizada e isolada.
- Déficit claro de estrutura técnica e pericial para casos complexos.

Ameaças

- Pressões costeiras e imobiliárias crescentes.
- Omissão dos municípios no planejamento climático e licenciamento.

AMEAÇAS

- **Persistência de déficits estruturais em saneamento e resíduos (com impacto ambiental e sanitário contínuo):** “Saneamento básico deficiente” é o tema recorrente mais citado (19/39 ≈49%), e aparece associado nas respostas abertas a esgoto clandestino, ausência de ETE, e problemas de drenagem (p.ex., esgoto clandestino 17 menções, galerias entupidas 15, “ausência de soluções baseadas na natureza” 15).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Baixa efetividade e fragilidade institucional da fiscalização ambiental:** a efetividade do combate ao desmatamento (com tecnologias de monitoramento) tem classificação média 2,24 (de 4), sugerindo percepção de insuficiência/baixa efetividade em parcela relevante do território; respostas abertas reforçam falta de fiscalização municipal, ausência de mapas confiáveis e dificuldade de monitoramento contínuo.



- **Pressões urbanas e costeiras crescentes (litoral e áreas sensíveis):** entre as pressões que mais violam o zoneamento costeiro destacam-se expansão imobiliária (16), lançamento de efluentes (15), supressão de vegetação (11) e exploração turística de dunas (9), além de “hotelaria irregular” (4), evidenciando vetor de ameaça recorrente nas comarcas costeiras.
- **Ausência de planejamento climático municipal como risco de agravamento de danos:** sobre Planos Municipais de Adaptação Climática, predomina “nenhum plano existente ou em elaboração” (24 respostas), com baixa presença de execução (apenas 1 parcialmente executado e 0 com execução plena/monitoramento). Isso amplia a vulnerabilidade a eventos extremos (secas/enchentes/elevação do mar) mencionados no próprio questionário.
- **Municipalização/fragilidade do licenciamento como vetor de dano:** “Licenciamento ambiental irregular” aparece como tema recorrente (14/39 ≈36%) e, nas respostas abertas, é associado a falta de capacidade técnica municipal, “licenciamentos criminosos” e judicialização por nulidade/condicionantes descumpridas.

OPORTUNIDADES

- **Foco institucional em temas de alta demanda com potencial de impacto coletivo:** o padrão de recorrência concentra-se em saneamento (19), desmatamento/supressão (16) e licenciamento irregular (14), permitindo desenhar

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

programas/projetos estruturantes orientados por evidência (alto volume e recorrência).

- **Estratégia de apoio “produtizável” pelo CAOMACE (padronização e escala):** quando perguntado “Que tipo de apoio é mais urgente?”, destacam-se kits de atuação (16), modelos de peças/minutas (14) e articulação interinstitucional (12), além de apoio à investigação (11) e notas técnicas/capacitações/suporte em IA (10 cada) — indicando forte oportunidade de entrega institucional padronizada e replicável.
- **Uso de tecnologias e inteligência para atuação preventiva e prova técnica:** respostas abertas sugerem explicitamente sensoriamento remoto, satélite, drones, integração de bases (CAR/SICAR/licenciamento/autos) e “painéis/BÍ”, como caminho para monitorar desmatamento, ocupações e efluentes, e para triagem/automação investigativa.
- **Atuação estruturante em licenciamento e fiscalização municipal:** há proposta clara, em resposta aberta, de fiscalizar órgãos municipais licenciadores e sua capacidade técnica, com checklists, visitas e fluxos; isso aparece como oportunidade preventiva (reduz danos e judicialização).
- **Agenda integrada (territorial + dados + interinstitucional):** respostas abertas indicam oportunidade de agenda estratégica ambiental integrada coordenada por CAOMACE/SEPLAN, com painéis por município, prazos, monitoramento e indução de PAPJs mais seletivos e resolutivos.

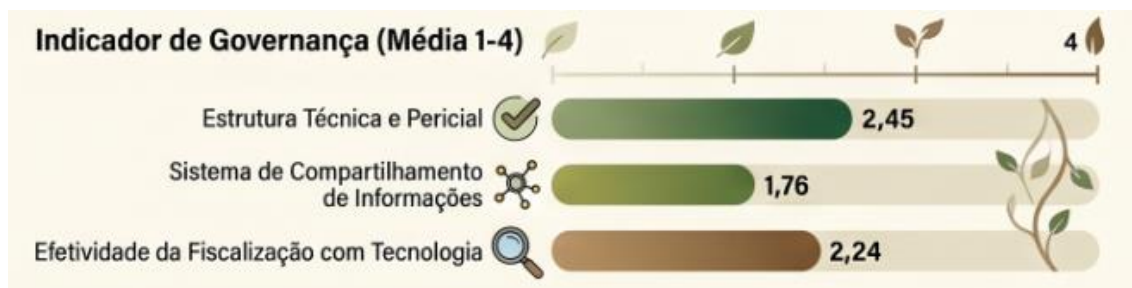
FORÇAS

- **Capilaridade e aderência temática das unidades respondentes:** maioria das unidades declara atribuição em Meio Ambiente (33/39) e o universo inclui comarcas diversas (capital, litoral, sertão e serra), oferecendo visão territorial abrangente e base empírica para priorização.
- **Clareza de prioridades e convergência temática:** há consenso prático em torno de problemas estruturais (saneamento, desmatamento, licenciamento), com evidências nas contagens do formulário e reforço nas respostas abertas (descrições de lixões, esgoto, ocupações, pressão imobiliária, fragilidade municipal).
- **Experiência e repertório de atuação extrajudicial/judicial:** em diversas respostas abertas aparecem menções a ACP, TAC, atuação em “processos estruturantes” e necessidade de minutas/checklists — indicando que há base de instrumentos já usados, passível de padronização e escalonamento.

- **Apoio percebido como decisivo para ganho de efetividade:** a alta demanda por “kits”, “modelos”, “articulação” e “notas técnicas” sinaliza que, uma vez fornecidos, há predisposição institucional para adoção e uniformização de práticas.

FRAQUEZAS

- **Atuação pulverizada/reativa e baixa seletividade:** respostas abertas apontam que a atuação ambiental “é muito pulverizada” e absorvida por demandas fragmentadas (em detrimento de causas coletivas), reduzindo impacto e consumindo capacidade operacional.
- **Déficit de estrutura técnica e pericial:** percepção mediana/insuficiente sobre capacidade institucional em casos complexos (estrutura interna média 2,45) e sobre atendimento pericial (perícia média 2,45), reforçada por respostas abertas pedindo ampliação de equipe técnica (geologia, georreferenciamento, biologia etc.) e celeridade de laudos.
- **Baixa maturidade de compartilhamento e inteligência institucional:** “sistema institucional de compartilhamento de informações investigativas” tem média 1,76, sugerindo fragilidade de integração e troca de informação; isso converge com pedidos de integração de bancos de dados e painéis.



- **Fragilidade municipal como gargalo recorrente:** aparece de modo repetido a deficiência estrutural e técnica dos órgãos ambientais locais (licenciamento/fiscalização), além de “desconfiança” em relação a órgãos ambientais em alguns relatos, dificultando resolutividade e indução de políticas públicas.
- **Baixa institucionalização do planejamento climático:** o dado de 24 com “nenhum plano” de adaptação, associado a poucas evidências de execução, expõe fragilidade de governança local para enfrentar eventos extremos e reduz espaço para atuação preventiva sem indução estruturante.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas **não configuram política institucional estruturada**, mas revelam **capacidade de inovação local, adaptação e protagonismo dos membros**, especialmente em cenários de escassez de recursos, dados e integração sistêmica. O diagnóstico evidencia que essas práticas, embora pontuais, caso validadas institucionalmente, **poderiam ser capturadas, sistematizadas e difundidas pelo CAOMACE**, ampliando a resolutividade da atuação ambiental e reduzindo a pulverização de esforços.



- **Uso de sensoriamento remoto e imagens de satélite** para detecção de desmatamento e ocupações irregulares, subsidiando procedimentos e ações cíveis.
- **Celebração de TACs estruturantes** para recomposição de áreas degradadas, encerramento de lixões e adequação de políticas municipais.
- **Ações cíveis públicas estruturais** voltadas à implementação de aterros sanitários, ETEs e regularização de políticas de saneamento.
- **Atuação integrada com órgãos ambientais, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros** em situações de risco ambiental e eventos extremos.
- **Fiscalização preventiva do licenciamento ambiental municipal**, com foco na capacidade técnica do órgão licenciador e no cumprimento de condicionantes.
- **Monitoramento de indicadores públicos (SNIS, dados ambientais)** para orientar prioridades de atuação e cobrança de políticas públicas.
- **Proteção ativa de áreas sensíveis** (APPs, dunas, mangues, nascentes), com procedimentos contínuos e não apenas reativos.

- **Articulação regional entre promotorias** para troca de experiências e alinhamento de estratégias em temas ambientais recorrentes.

As boas práticas relatadas reforçam que há **capital técnico e institucional disponível na base**, mas ainda pouco sistematizado. O PGA pode cumprir papel central ao **transformar iniciativas isoladas em padrões institucionais replicáveis**, se cabíveis, com apoio técnico, fluxos e instrumentos comuns.

Casos Emblemáticos Relevantes

As respostas abertas do formulário registraram alguns casos emblemáticos, citados espontaneamente pelos respondentes, que são relevantes para o diagnóstico por evidenciarem **problemas estruturais, riscos ambientais significativos e atuação ministerial estratégica**:

- **Parque Nacional de Jericoacoara / Praia do Preá (Cruz)** – Atuação em ACP e procedimentos contra desmatamento, loteamentos e construções irregulares em área do Parque Nacional.
- **Poluição hídrica na Praia de Iracema (Fortaleza)** – Procedimento para apurar lançamento irregular de esgoto na rede de drenagem, com impacto direto na balneabilidade urbana.
- **Lixão a céu aberto no município de Cruz** – ACP ajuizada para obrigar a implementação de aterro sanitário, diante de riscos ambientais e à saúde pública.
- **Instalação de data center de grande empresa multinacional** – Análise dos mecanismos de acomodação ambiental e impactos associados ao licenciamento do empreendimento.

Esses registros reforçam o diagnóstico de que **os principais temas de alta demanda se materializam em casos concretos de grande impacto**, especialmente em saneamento, ordenamento territorial, licenciamento ambiental e proteção de áreas sensíveis.

Achados relevantes

A análise das respostas também revela **fatos/achados** que **merecem registro no diagnóstico**, seja pela **força estatística**, seja pela **relevância temática transversal**. Seguem os principais, com **evidência direta nas respostas**:

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

1. Quase inexistência de planejamento climático municipal

Evidência: 24 respondentes indicaram “*nenhum plano existente ou em elaboração*” para Planos Municipais de Adaptação Climática; nenhum indicou plano com execução plena.

Justificativa: Trata-se de um vazio institucional grave, sobretudo em um estado vulnerável a secas, enchentes e erosão costeira, e explica a atuação reativa apontada nas respostas abertas.

2. Baixíssima maturidade de compartilhamento institucional de informações

Evidência: A existência de sistema institucional de compartilhamento de informações investigativas recebeu **média 1,76 de 4**, a menor entre os itens avaliados.

Justificativa: Esse dado reforça, de forma objetiva, a fragmentação da atuação ambiental e a dificuldade de ações transversais e estruturantes.

3. Déficit simultâneo de estrutura e perícia técnica

Evidência: Tanto a suficiência da estrutura interna quanto o atendimento da perícia técnica obtiveram **média idêntica de 2,45 de 4**.

Justificativa: A coincidência numérica indica um gargalo estrutural claro, recorrente nas respostas abertas, que limita a resolutividade em casos ambientais complexos.

4. Atuação ambiental fortemente dissociada de dados oficiais

Evidência: Parte relevante dos respondentes declarou “*nunca*” ou “*apenas às vezes*” acompanhar indicadores do SNIS (água, esgoto, resíduos).

Justificativa: Esse achado estatístico explica a dificuldade de priorização estratégica e reforça a demanda expressa por painéis, BI e apoio em dados.

5. Licenciamento ambiental aparece como problema estrutural

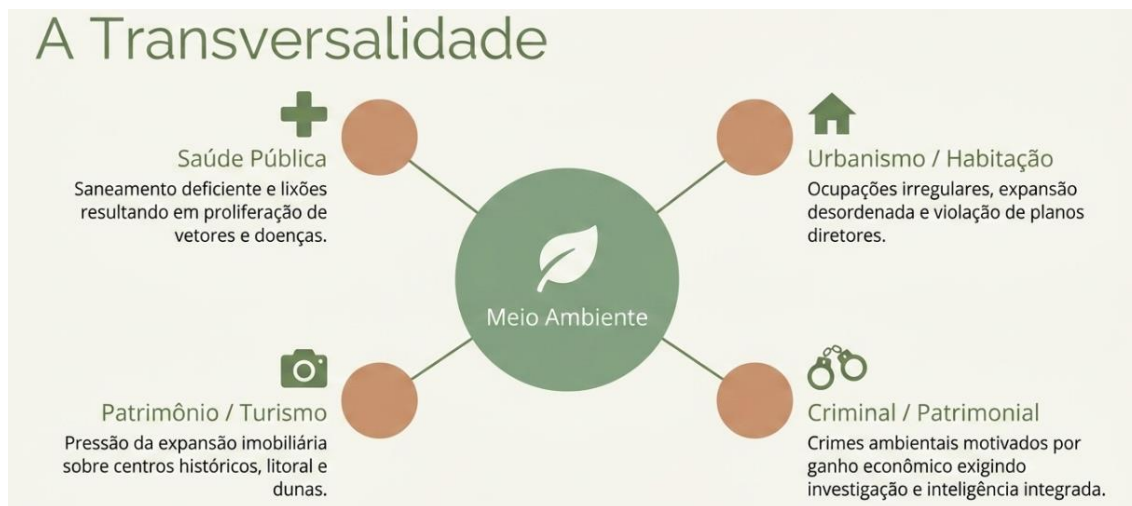
Evidência: Diversas respostas abertas qualificam o licenciamento como “precário”, “irregular”, “criminoso” ou sem capacidade técnica municipal.

Justificativa: Embora já listado como tema de alta demanda, o **tom e a recorrência qualitativa** das respostas indicam que ele é percebido como *origem sistêmica* de outros danos (desmatamento, ocupações, poluição).

Esses registros evidenciam que o principal problema **não é ausência de demanda ou de percepção do dano**, mas sim **fragilidade de governança, dados, integração e estrutura**, aspectos reiteradamente mencionados pelos próprios respondentes.

Contribuições Relevantes para Transversalidade

Os resultados do Form365 demonstram que a atuação em Meio Ambiente **não se limita a uma área temática**, mas opera como **eixo estruturante transversal**, capaz de articular saúde, urbanismo, patrimônio, investigação criminal e planejamento institucional. Essa transversalidade, já perceptível nas respostas dos membros, oferece base concreta para **projetos**, com maior impacto coletivo e racionalização da atuação ministerial.



1. Integração estrutural entre Meio Ambiente, Saúde Pública e Direitos Coletivos

As respostas abertas evidenciam forte correlação entre **saneamento básico deficiente, poluição hídrica, lixões e impactos diretos à saúde coletiva** (doenças, vetores, balneabilidade imprópria). Esse achado reforça a transversalidade entre Meio Ambiente, Saúde e Cidadania, indicando que ações ambientais estruturantes geram efeitos sistêmicos sobre direitos fundamentais.

2. Interface direta com Urbanismo, Habitação e Ordenamento Territorial

A recorrência de temas como **ocupações irregulares, expansão imobiliária desordenada, licenciamento ambiental irregular e descumprimento de planos diretores** demonstra que a atuação ambiental se conecta diretamente com **Habitação e Urbanismo**. As respostas mostram que o dano ambiental, em muitos casos, decorre de falhas no planejamento urbano, indicando espaço para projetos integrados de atuação territorial.

3. Convergência entre Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Turismo

Nas comarcas costeiras e históricas, as respostas abertas apontam impactos ambientais sobre **dunas, restingas, mangues, centros históricos, faróis e paisagens culturais**, associados à pressão turística e imobiliária. Essa evidência revela transversalidade com a tutela do **patrimônio histórico-cultural** e do **turismo sustentável**, sugerindo atuação integrada para proteção ambiental e cultural.

4. Articulação com Segurança Pública, Criminal e Investigação Patrimonial

Os dados indicam que **desmatamento, queimadas e extração ilegal** são percebidos como crimes recorrentes, muitas vezes associados a **ganho econômico**, exigindo investigação qualificada. Respostas abertas mencionam necessidade de **apoio à investigação**, uso de **dados, inteligência e análise financeira**, evidenciando transversalidade entre Meio Ambiente, área Criminal e estruturas investigativas do MPCE.

5. Integração com Planejamento, Dados e Governança Institucional

A demanda por **painéis de dados, monitoramento por indicadores (SNIS, CAR, licenciamento), integração de sistemas e planejamento orientado por evidências** revela que a atuação ambiental funciona como eixo transversal de **modernização institucional**.

Ações Estratégicas CAOMACE/MPCE (Biênio 26-27)

A partir da matriz SWOT consolidada, boas práticas, casos emblemáticos e contribuições transversais fornecidas, elaboramos algumas ações.

Elas potencializam forças (adesão normativa, boas práticas), corrigem fraquezas (fluxos ausentes, sobrecarga), exploram oportunidades (tecnologia, transversalidade) e mitigam ameaças (prejuízos patrimoniais, judicialização).



1. Programa Estruturante de Enfrentamento ao Saneamento Básico

Justificativa: Saneamento básico deficiente foi o tema mais recorrente (≈49%), associado a esgoto clandestino, lixões e riscos à saúde coletiva.

Descrição: Atuação coordenada para induzir políticas municipais, com TACs e ACPs padronizados, uso de indicadores do SNIS e priorização territorial. #saneamento

2. Estratégia de Encerramento de Lixões e PNRS

Justificativa: Respostas abertas apontam lixões ativos como problema estrutural recorrente e de difícil solução local.

Descrição: Padronizar minutas e fluxos para cobrança de aterros/consórcios, com monitoramento por município e articulação interinstitucional. #residuossólidos

3. Núcleo de Monitoramento do Desmatamento com Sensoriamento Remoto

Justificativa: Desmatamento ilegal aparece entre os crimes mais recorrentes e a fiscalização foi avaliada como pouco efetiva (média 2,24 de 4).

Descrição: Uso institucional de imagens de satélite, drones e integração CAR/SICAR para atuação preventiva e probatória. #desmatamento

4. Fiscalização Estruturante do Licenciamento Ambiental Municipal

Justificativa: Licenciamento ambiental irregular (≈36%) é citado como vetor central de danos ambientais e judicialização.

Descrição: Criar checklists, notas técnicas e fluxos para verificar capacidade técnica dos municípios licenciadores e cumprimento de condicionantes. #licenciamento

5. Kits de Atuação Ambiental Padronizados

Justificativa: Kits de atuação foram o tipo de apoio mais demandado pelos respondentes (16 menções).

Descrição: Desenvolver kits temáticos (saneamento, desmatamento, licenciamento) com passo a passo, minutas, provas técnicas e indicadores. #padronização

6. Painel Ambiental por Município (Dados e Indicadores)

Justificativa: Respostas indicam dificuldade de acompanhamento sistemático e demanda por dados integrados.

Descrição: Criar painéis com SNIS, resíduos, desmatamento, licenciamento e tempo de tramitação para orientar atuação seletiva. #dados

7. Atuação Integrada em Zona Costeira e Ordenamento Territorial

Justificativa: Expansão imobiliária, efluentes e turismo irregular aparecem como pressões recorrentes nas comarcas costeiras.

Descrição: Projetos integrados envolvendo meio ambiente, urbanismo e patrimônio, com foco em PDM, APPs e fiscalização preventiva. #ordenamentoterritorial

8. Programa de Apoio Técnico-Pericial Ambiental

Justificativa: Estrutura interna e perícia foram avaliadas como insuficientes (média 2,45 de 4), segundo o formulário.

Descrição: Reforçar apoio técnico, padronizar pedidos periciais e priorizar laudos em casos estruturais de alto impacto. #perícia

9. Fortalecimento da Investigação Ambiental com Inteligência

Justificativa: Respostas abertas indicam crimes ambientais associados a ganho econômico e necessidade de investigação qualificada.

Descrição: Integrar inteligência, análise de dados e apoio investigativo em desmatamento, poluição e licenciamento irregular. #inteligência

10. Indução de Planos Municipais de Adaptação Climática

Justificativa: A maioria absoluta informou inexistência de planos de adaptação climática (24 respostas).

Descrição: Atuação indutiva para elaboração e execução mínima de planos climáticos, com foco em secas, enchentes e áreas de risco. #mudançasclimáticas

11. Articulação Interinstitucional Permanente em Meio Ambiente

Justificativa: Articulação interinstitucional foi apontada como apoio urgente por parcela relevante dos respondentes.

Descrição: Criar fóruns e fluxos permanentes com órgãos ambientais, reguladores e Defesa Civil para ações estruturantes. #articulação

12. Reorientação da Atuação para Casos Estruturais Prioritários

Justificativa: Respostas abertas indicam pulverização da atuação e excesso de demandas pontuais.

Descrição: Direcionar PAPJs para problemas estruturais de alto impacto coletivo, com metas, monitoramento e apoio do CAOMACE. #estratégia

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****Kits de Atuação Padronizados**

Minutas, passos e provas para temas de alta demanda.

**Núcleo de Monitoramento via Satélite**

Geoprocessamento para detecção preventiva.

**Painel Ambiental por Município**

Indicadores do SNIS integrados para direcionar prioridades.

**Programa Estruturante de Saneamento**

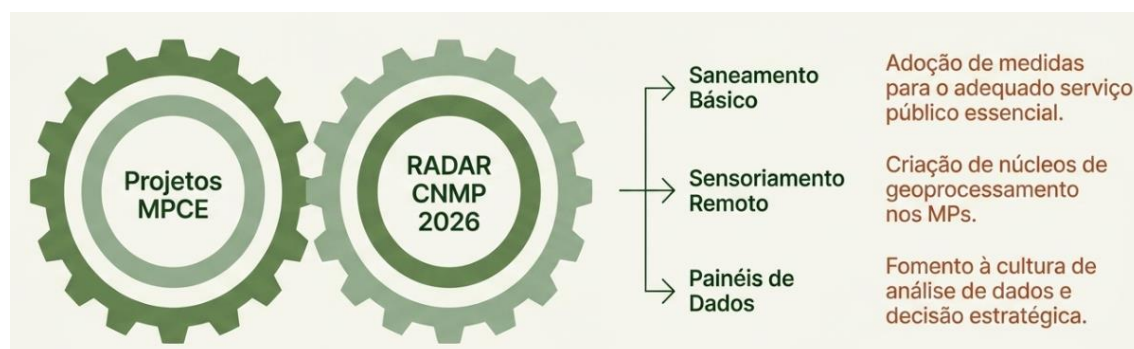
Ações focadas em encerrar lixões e garantir ETEs.

**Fortalecimento Técnico-Pericial e de Inteligência**

Apoio especializado para casos complexos e investigação patrimonial.

VINCULAÇÃO CNMP

Através de uma análise **mais restrita** e objetiva das ações propostas em relação às iniciativas propostas pelo MPCE para o **RADAR CNMP - 2026**, seguem vínculos sustentáveis.



AÇÃO PROPOSTA	INICIATIVA CNMP (RADAR)	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Programa Estruturante de Enfrentamento ao Saneamento Básico	1.4.01 – Adoção de medidas para o adequado serviço público essencial	Alta	Saneamento é serviço público essencial; RADAR estimula atuação resolutiva para universalização e qualidade.
Estratégia de Encerramento de Lixões e PNRS	1.4.01 – Serviço público essencial	Alta	Gestão de resíduos e encerramento de lixões são condição básica de serviço essencial ambiental e sanitário.
Núcleo de Monitoramento do Desmatamento com Sensoriamento Remoto	1.4.08.2 – Núcleos de geoprocessamento nos MPs	Alta	A ação do RADAR trata diretamente do uso de geoprocessamento e monitoramento remoto ambiental.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Fiscalização Estruturante do Licenciamento Ambiental Municipal	1.5.1 – Aperfeiçoamento das redes de controle e compliance	Alta	Licenciamento regular integra controle externo, integridade administrativa e prevenção de danos.
Painel Ambiental por Município (Dados e Indicadores)	2.1.2 – Cultura de análise de dados e decisão	Alta	RADAR prioriza ciência de dados, taxonomia e uso de informações para decisão estratégica.
Fortalecimento da Investigação Ambiental com Inteligência	1.1.2 – Integração dos Órgãos de Inteligência dos MPs	Alta	Crimes ambientais demandam inteligência integrada, alinhada ao foco do RADAR.
Articulação Interinstitucional Permanente em Meio Ambiente	1.3.1 – Parcerias e cooperação entre MPs	Alta	A ação RADAR incentiva explicitamente parcerias e cooperação interinstitucional.

O cruzamento evidencia **forte alinhamento** entre o diagnóstico ambiental do MPCE e o **RADAR/CNMP 2026**, sobretudo nos eixos de **monitoramento remoto ambiental, inteligência, dados, articulação institucional e serviços públicos essenciais**. Isso permite **ancorar projetos do PGA 2026–2027 em prioridades nacionais**, reforçando coerência, legitimidade e potencial de atuação concentrada.

CONCLUSÃO

Este diagnóstico evidencia que a atuação do MPCE na área ambiental é marcada por alta demanda, forte transversalidade e impacto coletivo relevante, mas ainda condicionada por fragilidades estruturais, especialmente na integração institucional, no suporte técnico-pericial e no uso sistemático de dados.

As respostas do Form365 demonstram clareza quanto às prioridades — saneamento básico, desmatamento ilegal e licenciamento ambiental — e apontam que a atuação atual, embora comprometida e capilarizada, tende a ser reativa e pulverizada, em razão de limitações de governança e planejamento.

Ao consolidar percepções, dados objetivos e relatos qualitativos das Promotorias, o diagnóstico oferece uma base de conhecimento para orientar o Plano Geral de Atuação 2026–2027, permitindo ao MPCE avançar para uma atuação mais estratégica, estruturante e orientada por evidências, alinhada às diretrizes nacionais e às realidades locais do Ceará.

Transformar demandas recorrentes em ações coordenadas é o passo decisivo para que a atuação ambiental deixe de apagar incêndios e passe a prevenir danos.



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa